

---

## A TRADUÇÃO LITERÁRIA

Mário LARANJEIRA\*

Ao pensar minha intervenção nesta mesa-redonda, que se insere no *VI Seminário de Estudos Literários*, julguei oportuno tratar do tema específico, *A tradução literária*, sem perder de vista o enfoque maior que o subtende, ou seja, as relações da tradução com os estudos de teoria literária e de literatura comparada.

Os estudos tradutológicos, com efeito, são um ramo recente nos currículos universitários e, como tal, ainda não encontraram, na grande maioria das instituições, o seu *locus* específico. Assim, na Universidade de São Paulo, embora a tradução sempre tenha sido uma prática de caráter mais ou menos relevante, inserida no ensino das línguas estrangeiras modernas e das chamadas línguas mortas, só em 1978-79 adquiriu alguma visibilidade ao se instituírem, no âmbito do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, os Cursos de Tradução. Inicialmente foi uma opção ou modalidade dentro dos cursos de graduação em Letras Modernas. Pouco tempo depois, foi transformado em Curso de Especialização e, com algumas modificações em sua estrutura, assim se mantém até hoje.

Nos Cursos de Pós-graduação, apesar dos esforços que já foram envidados, não existe até hoje, na USP, uma área de concentração em tradução. No entanto, é grande o número de mestrados e doutorados que, de dez a quinze anos para esta parte, se vêm fazendo em estudos tradutológicos, vinculados às mais variadas áreas, departamentos, institutos e faculdades (Letras Modernas, Letras Orientais, Letras Clássicas e Vernáculas, Lingüística e Semiótica, Escola de Comunicação e Artes etc.). A consequência disso é que, do ponto de vista institucional, nenhum titulado pela USP é doutor em Tradução, mas sim em Literatura Inglesa, Francesa, Alemã ou outra; ou em Língua e Literatura Árabe,

---

\* Universidade de São Paulo.

Japonesa etc; ou em Lingüística... embora a pesquisa e a monografia ou tese tenham versado especificamente sobre tradução, literária ou não. Ninguém pode colocar em seu currículo “mestre” ou “doutor em tradução” ou “em tradutologia”, ou “em estudos tradutológicos”... Verifica-se, pois, algo estranho: a realidade existe (teses e mestrados em tradução), mas não existe a sua designação e respectivo reconhecimento institucional (títulos de doutores e mestres em tradução).

Falo da Universidade de São Paulo porque é a instituição onde trabalhei durante trinta e cinco anos, e que, portanto, me é mais familiar; mas sei que a mesma anomalia acontece praticamente em todas as universidades brasileiras onde há programas de mestrado e doutorado em estudos tradutológicos. A única exceção talvez seja a UNICAMP, onde há uma área de concentração em tradução no Instituto de Estudos da Linguagem, embora não haja, parece, cursos de tradução nos níveis de graduação e especialização.

Mas a que vêm todas essas observações sobre a existência e a (in)visibilidade dos estudos tradutológicos nas universidades? Elas chamam a atenção para dois pontos importantes, a meu ver. Primeiro, para o fato, como disse, de serem os estudos tradutológicos algo relativamente recente nos currículos universitários, em busca, portanto, de seus caminhos e de seus espaços. Segundo, para o de ser a tradução, em suas vertentes prática e teórica, a chave de abóbada de uma imensa construção para a qual concorrem e convergem as mais variadas disciplinas, com as quais muitas vezes é confundida ou das quais é considerada como um aspecto, um setor, uma aplicação. É o caso, principalmente, da lingüística e da semiótica. Ora, a tradução não é uma lingüística aplicada, não é uma semiótica aplicada, embora muitas vezes recorra a essas e a inumeráveis outras ciências para buscar instrumentos que a auxiliem a pensar-se a si mesma, a se analisar e a se entender enquanto processo linguageiro gerador de sentidos.

Essas observações explicam por que os estudos tradutológicos se inserem hoje — e vão, creio eu, continuar a inserir-se por algum tempo — em diferentes áreas ou departamentos das universidades, tais como Letras Estrangeiras Modernas, Letras Clássicas, Lingüística, Semiótica, Literatura Comparada etc., até que venham a ocupar uma área específica.

Mas não cabe estender mais longamente aqui as minhas considerações sobre os estudos tradutológicos em geral e os seus problemas institucionais em particular. Independentemente de tais



problemas — que felizmente são apenas circunstanciais — a tradução literária, objeto específico desta mesa, está estreita e fundamentalmente vinculada à teoria literária e à literatura comparada.

Com efeito, a tradução literária pode ser focalizada quer como processo, quer como produto. Enquanto processo, a tradução literária está ligada à teoria literária na medida em que supõe, como primeiro passo, a leitura, que, no caso, implica numa minuciosa análise crítica do texto de partida, de maneira a detectar nele as marcas textuais que identificam a sua especificidade, a sua maneira específica de significar.

O segundo passo é a reescrita dessa leitura, pelo sujeito tradutor, da sua leitura. A teoria literária fornecerá então muitos dos instrumentos necessários para que o texto produzido seja, não idêntico, mas homólogo, do ponto de vista da significância, ao texto de partida, e seja capaz de produzir, na língua-cultura receptora, um fato literário homólogo ao primeiro.

Enquanto fruto da reescrita de uma leitura, o texto literário produzido na tradução é *sui generis* por ser simultaneamente “o mesmo” e “o outro”. Ele é a manifestação, o fenotexto resultante do encontro de duas línguas-culturas, de dois genotextos, de dois sujeitos: do autor e do tradutor. Como tal, interessa particularmente aos estudos de literatura comparada.

Toda a problemática da tradução enquanto processo e enquanto produto pode ser vista, pois, como uma questão de produção e atualização, de re-produção e re-atualização de sentidos que vai do autor do original ao leitor do texto traduzido. Examinar o problema da produção de sentido — ou de sentidos — na tradução significa procurar uma resposta para a seguinte pergunta: “A que sentido(s) tem acesso quem lê um texto traduzido?”

Antes porém de se discutir o problema da leitura do texto traduzido, caberia levantar o problema da leitura do texto em geral, reformulando assim a pergunta acima: “A que sentido(s) tem acesso quem lê um texto?”

De imediato surgem dezenas de outras perguntas subjacentes a esta, tais como : Seria o texto depositário de um sentido único, transcendental, teológico, permanente, imutável, imune às circunstâncias de tempo e espaço, de diferenças culturais e individuais? Todo e qualquer texto significa da mesma maneira e só admite uma entrada que desvendaria o sentido “correto”, único válido? Em outras palavras: Todos os textos são unívocos e supõem uma leitura unívoca? Ou todo texto é polívoco,

Os teóricos estão longe de ter chegado a um acordo quanto às respostas a serem dadas a cada uma dessas perguntas. Entretanto, respaldados em algumas teorias que julgamos válidas, vamos tentar desanuviar um pouco esse espaço.

Em primeiro lugar, convém lembrar que a linguagem humana tem toda a complexidade do próprio homem e qualquer solução simplista, redutora ou excludente, deve ser, de imediato, descartada. Se tal complexidade já é enorme no âmbito de um mesmo grupo social e lingüístico, ela assume proporções ainda maiores quando se trata dessa prática translingual, transcultural e trans-subjetiva que é a tradução.

Não cabe desfiar aqui a história da leitura e da tradução. Examinaremos apenas duas ou três das grandes linhas de pensamento que, nas últimas décadas, vêm tentando entender e explicar o problema da produção do(s) sentido(s) no texto — particularmente no literário — e em sua leitura, assim como na tradução e na leitura do texto traduzido.

Cabe consignar primeiro a grande contribuição que as várias correntes lingüísticas geralmente rotuladas como estruturalistas deram à reflexão e aos estudos da linguagem, do texto literário e de sua tradução no decorrer deste século. Com efeito, desde 1916, quando da publicação do *Cours de linguistique générale*, compilação das anotações de alunos dos cursos que Ferdinand de Saussure, falecido em 1913, ministrara em Genebra, Suíça, entre 1907 e 1911, até a criação da “gramática transformacional gerativa” por Noam Chomsky (*Syntactic Structures*, La Haye, 1957; *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, Mass., 1965...), passando pelo círculo de Praga, fundado em 1926, pela escola de Copenhague e outras, foi-se criando o que se convencionou chamar de “lingüística moderna” ou “lingüística estruturalista” *lato sensu*. O estudo das línguas e dos textos literários, nesse período que se prolonga até os anos 80, busca ser objetivo e científico, reformulando muitas das concepções anteriormente admitidas. Cabe lembrar aqui a frase com que Roman Jakobson encerra o primeiro volume de seus Ensaios de Lingüística Geral, frase que fora por ele pronunciada anteriormente numa conferência interdisciplinar que reunia lingüistas, antropólogos, psicólogos e críticos literários: “Cada um de nós aqui presentes,

entretanto, compreendeu que um lingüista surdo à função poética, tanto quanto um especialista da literatura indiferente aos problemas da lingüística, e que lhe ignore os métodos, já são, um e outro, flagrantes anacronismos”<sup>69</sup>.

Observe-se, entretanto, algo que é comum aos vários estruturalismos: a linguagem e o texto são vistos como um objeto a ser descrito, fora do sujeito. Ou, pelo menos, não há uma preocupação explícita com a teoria do sujeito na produção do sentido em suas várias instâncias. A consequência disso é que, quando alguns lingüistas estruturalistas incursionam pelo terreno da tradutologia, deixam a impressão de que o texto perceptível e analisável enquanto objeto seria uma espécie de vasilha a conter um material, um produto: o sentido. O acesso a esse produto se daria por uma leitura objetiva do código lingüístico (descodificação) e a tradução seria apenas uma recodificação, uma troca de códigos, de vasilhas ou de continentes, mantendo-se intacto e incólume o conteúdo, o sentido. Tal posição é quase unanimemente contestada hoje pelos tradutólogos.

Reagindo a essas colocações que poderíamos chamar de *objetivistas*, certos teóricos, que se autodenominam *desconstrutivistas*, *pós-estruturalistas* ou *pós-modernos*, assumem, a partir dos anos 80, posição diametralmente oposta. Escudados na autoridade da palavra (embora abominem o logocentrismo) de autores como Jacques Derrida, Michel Foucault, Jean-François Lyotard e outros, tais teóricos não aceitam que o texto objetivamente “signifique”, que tenha “marcas” visíveis e analisáveis, marcas que sejam a base material da geração de sentido(s), que apontem para determinado tipo de leitura. Só existe sentido, segundo eles, na leitura concreta e particular que cada sujeito faz do texto. E este sentido seria unicamente a projeção do próprio sujeito, não algo que se possa depreender do texto. Não existe *verdade*, ou — dizem eles apoiados em Nietzsche — a *verdade* não passa da transformação de um “estímulo nervoso” em percepção que, por sua vez, se transforma em som.<sup>70</sup> Não haveria tampouco distinção entre o literário e o não literário, entre o texto-arte e o texto informativo ou veicular, entre um soneto de Cruz e Sousa e o teorema de Pitágoras. É o que vem afirmando e repetindo *ad nauseam* uma das mais obsessivas<sup>71</sup> desconstrutivistas, Rosemary Arrojo: “Afim, diz ela, apenas para nos determos nas noções de literalidade e de literariedade mencionadas acima, nenhuma teoria da linguagem conseguiu até hoje estabelecer, a partir de pressupostos logocêntricos, distinções objetivas e indiscutíveis entre o literal e o

figurado, entre o irônico e o não irônico, ou entre o literário e o não-literário enquanto propriedades textuais intrínsecas”<sup>72</sup>. Chegam mesmo a contestar a objetividade dos conceitos de língua materna e de língua estrangeira, o que equivale a negar qualquer possibilidade de tradução, ou a considerar que tudo é tradução<sup>73</sup>. Apagam-se todos os limites. Em nome da diferença, eliminam-se as diferenças, pois o particular só é “diferente” quando submetido à comparação com os outros “particulares”, o que supõe algum critério de generalização.

A meu ver, tanto a posição estruturalista pura como a posição desconstrutivista extremada são insuficientes para dar conta do problema do sentido, da leitura e da sua reescrita que é a tradução. A primeira é insuficiente por não levar em conta qualquer teoria do sujeito em nenhum dos pontos da corrente produtora de sentidos, e a segunda é insuficiente por só considerar um sujeito, o da leitura.

A teoria que até agora me pareceu a mais satisfatória, embora não resolva todos os complexos problemas da produção de sentidos no texto e na tradução, é a *semanálise*, que Júlia Kristeva expõe em *Seméiotikè, recherches pour une psychanalyse*<sup>74</sup>, em “Sémanalyse et production de sens”<sup>75</sup>, em *La révolution du langage poétique*<sup>76</sup> e outros escritos. Partindo das teorias de Chomsky (estrutura profunda e estrutura de superfície; competência e performance), às quais acrescenta as teorias freudianas do sujeito, Kristeva coloca duas noções que me parecem fundamentais: as de *genotexto* e de *fenotexto*.

Segundo a autora, “o genotexto compreende todos os processos semióticos (as pulsões, suas disposições, o recorte que imprimem no corpo, e o sistema ecológico e social que cerca o organismo: os objetos circundantes, as relações pré-edipianas com os pais), mas também o surgimento do simbólico (a emergência do objeto e do sujeito, a constituição dos núcleos de sentido ligados a uma categorialidade: campos semânticos e categoriais). Levantar, em um texto, o seu genotexto, exigiria, pois, destacar os transportes de energia pulsional encontráveis no dispositivo fonemático (acumulação e repetição de fonemas, rima etc.) e melódico (entoação, ritmo etc), assim como na disposição dos campos semânticos e categoriais tais como aparecem nas particularidades sintáticas e lógicas ou na economia da *mimesis* (fantasia, suspensão da denotação, narrativa etc.)”<sup>77</sup>.

Já o fenotexto é o texto manifestado. Ele é a manifestação textual do genotexto. Assim diz Kristeva: “Nós o entendemos como a linguagem que serve a comunicação e que a lingüística descreve em termos de



‘competência’ e ‘performance’. (...). O fenotexto é uma estrutura (que se pode gerar, no sentido da gramática gerativa), obedece às regras da comunicação, supõe um sujeito da enunciação e um destinatário”. E adiante a autora acrescenta que “o processo de significância compreenderá então o genotexto como o fenotexto”<sup>78</sup>. O processo de *significância* é o processo de geração de sentidos que ultrapassa o nível mimético para atingir um nível mais elevado, o semiótico. É neste último que se encontra o sentido literário e poético, que Michael Riffaterre chama também de sentido oblíquo, responsável pela literariedade do texto. Existe no texto literário — e particularmente na poesia — uma polivalência, uma explosão de sentidos para além do sentido estritamente referencial<sup>79</sup>.

É esta tendência à plurivocidade que distingue o texto literário e poético do texto informativo. Este último trabalha no sentido de desenvolver as marcas da univocidade que trazem como conseqüência a clareza e a máxima objetividade possível. A esse trabalho racional que tenta contrapor-se ao semiótico e limitar o afloramento das pulsões no texto, Kristeva chama *função simbólica* e Michael Riffaterre chama *função mimética*.

O corte, o isolamento total e absoluto entre o semiótico e o simbólico, entre o pulsional e o racional nunca é possível. Não se pode levantar uma barreira estanque entre o genotexto e o fenotexto na produção textual do sujeito. A distinção entre literário e não literário, entre poético e não poético se esteia *na proporção maior ou menor de marcas plurívocas ou unívocas que o sujeito imprime no texto que produz*. Qualquer pessoa de bom senso percebe, ou pelo menos admite, que o bom texto poético é aquele que, através de suas marcas plurívocas, aponta para mais de uma leitura plausível, válida. Um poema que se esgotasse à primeira leitura não seria um bom poema. Sabe ou admite também que uma receita de bolo que, lida e aplicada, por ser plurívoca, obtivesse como resultado um bobó de camarão, não seria um bom texto na categoria de receita culinária.

De posse desses elementos conceituais, já podemos tentar responder à questão da produção de sentido(s) na leitura. Quando alguém lê um texto, isto é, opera no sentido de gerar ou atualizar o sentido ou a significância, só tem como ponto de partida o texto, isto é, as marcas que o genotexto imprimiu no fenotexto. Mas, ao fazer isso, traz para a sua leitura as suas próprias cargas genéticas, a sua própria inserção espacial, temporal, social e histórica, com tudo o que isso implica de

cultura e de ideologia. O sentido atualizado na leitura é, pois, resultado da tensão dinâmica provocada pela interferência de dois sujeitos: o autor e o leitor. Não há “apagamento”, como pretendem os desconstrutivistas, nem simples superposição ou justaposição de elementos significantes. O texto não é um palimpsesto. O que há é interação criativa a gerar na leitura um sentido que não é nem só e exatamente *o mesmo* nem só e exatamente *o outro*, mas o resultado positivo de uma tensão. Coexistem numa relação intrínseca o mesmo e o outro. Portanto, quem lê, lê o autor e lê a si mesmo.

No caso da tradução, que é a reescrita de uma leitura, o segundo sujeito, o leitor, vai produzir um segundo fenotexto de que passa a ser co-autor pois, por mais que se esforce para se “apagar” enquanto sujeito re-escritor, para ser totalmente “fiel” ao original, carregará fatal e inconscientemente para o texto que produz as suas próprias características genotextuais. O segundo fenotexto (texto traduzido) manifestará pois, necessariamente, marcas de dois sujeitos. E o leitor do texto traduzido, por sua vez, trará para a sua operação de leitura, que é uma operação de geração e atualização do(s) sentido(s) ou da significância, a sua própria carga genética, histórica, cultural etc... Ao ler o texto traduzido, ele estará lendo o primeiro sujeito (autor do original), o segundo sujeito (tradutor enquanto leitor-reescritor) e a si mesmo.

O leitor precisa ter consciência do que se produz no ato de sua leitura para não ter a ilusão de que está tendo acesso, identicamente a todos os outros leitores em qualquer tempo ou lugar, a um conteúdo simples e monolítico, que corresponda “exata e univocamente” a um sentido primeiro ou à intenção significativa do autor. Ele lê o autor, sim, pois o fenotexto carrega as suas marcas, mas não lê *só* o autor. Quem lê Baudelaire no original lê Baudelaire e a si mesmo. Quem lê Baudelaire traduzido por Guilherme de Almeida lê Baudelaire, lê Guilherme de Almeida e lê a si mesmo.

O trabalho do tradutor — pelo menos do tradutor que não pretende enganar o leitor com recriações totalmente livres, inspiradas vagamente num texto-pretexto de partida, dando-lhe a ilusão de estar lendo um texto homólogo ao original — consiste em fazer uma análise cuidadosa e competente das marcas fenotextuais do sentido e da significância no texto de partida e em tentar recriá-las no fenotexto por ele produzido na língua-cultura de chegada.

Mas a presença do inconsciente não suprime a presença, nunca absoluta mas sempre real, do sujeito consciente, do *simbólico* segundo



Kristeva, que, dentro de limites mais ou menos amplos, pode racionalizar e optar. Pode limitar o grau de subjetivismo explícito de seus atos. Assim, há textos em que predominam as marcas da intenção de objetividade, em que a preocupação com a transmissão de conceitos, de processos, de relações racionais tomam a dianteira. A escolha do material lingüístico, do significante enquanto elemento perceptível do signo, se subordina aos critérios de univocidade e de clareza. É o caso dos textos argumentativos, científicos, informativos etc.

Já as marcas fenotextuais da significância no caso do texto literário, do texto-arte, e particularmente do poema são de natureza bem diversa. E cada texto terá as suas marcas próprias que lhe dão identidade. Examinemos algumas. Em primeiro lugar, os elementos materiais da linguagem, os significantes ganham importância predominante. As bases espaciais significantes, os elementos visualmente perceptíveis: o branco da página e a distribuição sobre ela da massa verbal impressa. Antes de aceder à leitura linear, discursiva, lingüística, o leitor vê globalmente o objeto textual e esta percepção espacial é o primeiro elemento condicionante da leitura poética que, contrariamente à dos textos não poéticos ou não literários, é retroativa e tabular. Por ela as unidades menores de significação se redefinem no conjunto do texto e adquirem valores cambiantes, plurivalentes ultrapassando o nível da simples referencialidade. Depois, os elementos semânticos e sintáticos, as agramaticalidades, que devem ser reinterpretadas no nível mais elevado da semiótica, o tom ou registro, as recorrências fônicas, sintáticas e semânticas, os ritmos, a melodia, etc.

É evidente que nem todas as marcas fenotextuais da significância podem ser reproduzidas identicamente na língua-cultura de chegada. O que o tradutor de textos literários e de poesia deve buscar não é, pois, recriar um texto idêntico — isso é totalmente impossível —, mas sim gerar em sua língua-cultura um texto *homólogo* ao original, isto é, que tenha marcas textuais homólogas e que seja capaz de provocar, no leitor final uma leitura homóloga, leitura em que se possam reconhecer *também* as marcas que o primeiro sujeito imprimiu em seu fenotexto, e não *apenas* as marcas advindas da operação tradutória ou recriativa.

Um poema é bem traduzido quando cria, na língua-cultura de chegada, um poema que passa a ter vida própria como qualquer poema “original” dessa língua-cultura. Eis aí, creio eu, um terreno fecundo para reflexões e pesquisas nos campos da teoria literária e da literatura comparada pelo viés da tradução.

## NOTAS

- <sup>69</sup> JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale - I*, Paris, Minuit, 1963, p.248 (Tradução minha da edição francesa. Também são minhas todas as traduções das citações de textos estrangeiros feitas neste trabalho).
- <sup>70</sup> ARROJO, R. org., *O signo desconstruído*, Campinas, Pontes, 1992, p.16.
- <sup>71</sup> É a própria Arrojo quem qualifica de “obsessiva” a sua preocupação desconstrutiva (Cf. *ibidem*, p.9).
- <sup>72</sup> *Ibidem*, p.36.
- <sup>73</sup> Cf. ARROJO, R. *Tradução, desconstrução e psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago 1993, pp.56-57 *et passim*.
- <sup>74</sup> Paris, Seuil, 1969.
- <sup>75</sup> In *Essais de sémiotique poétique*, Greimas, org., Paris, Larousse, 1972.
- <sup>76</sup> Paris, Seuil, 1974.
- <sup>77</sup> KRISTEVA, J. *La révolution du langage poétique*, Paris, Seuil, 1974, p.83 (Minha tradução).
- <sup>78</sup> *Idem*, p.84.
- <sup>79</sup> Cf. RIFFATERRE, M. *Sémiotique de la poésie*, tradução francesa de Daniel Delas, Paris, Seuil, p.11 e seguintes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J.-M. *Pour lire le poème*. Bruxelas; De Boeck, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Langue et littérature*. Paris: Hachette, 1991.
- ARROJO, R. (Org.). *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993
- BERMAN, A. et alii. *Les Tours de Babel*. Mauvezin, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Pour une critique des traductions: John Donne*. Paris: Gallimard 1995.
- GOLDSTEIN, J.-P. *Entrées en littérature*. Paris: Hachette, 1990.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.
- KRISTEVA, J. *Séméiotikè: recherches pour une sémanalyse*. Paris: Seuil, 1969.
- \_\_\_\_\_. *La Révolution du langage poétique*, Paris: Seuil, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Polygone*, Paris: Seuil, 1977.
- LARANJEIRA, M. *Poética da tradução: do sentido à significância*. São Paulo EDUSP, 1993.
- RIFFATERRE, M. *Sémiotique de la poésie*. Trad. francesa de J.-J. Thomas, Paris Seuil, 1978.
- \_\_\_\_\_. *La production du texte*. Paris: Seuil, 1979.